



II SEMANA DE PEDAGOGIA

EDUCAÇÃO, PESQUISA E ENSINO:
CONSTRUINDO E (RE)CONSTRUINDO SABERES



CAMPUS DE
VITÓRIA DA CONQUISTA

19 A 23 DE AGOSTO DE 2024



A HISTÓRIA EM SALA DE AULA: A prática do estágio na escola Municipalizada

Carlos Santana

Danielle Batista Oliveira

Gabriel de Sousa Rodrigues

Resumo: O objetivo do presente texto é discutir a relação entre teoria e prática no Ensino de História, assim como, relatar as experiências desenvolvidas na disciplina Metodologia e Práticas de Ensino I, no curso de Licenciatura em História, ofertada pela Professora Dra. Iracema Oliveira Lima, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB. As atividades foram desempenhadas no semestre letivo 2023.2 e se divide em atividades teóricas e práticas. A efetivação prática foi realizada na Escola Municipalizada Carlos Santana, com alunos do 9º ano, na cidade de Vitória da Conquista, Bahia. A importância desse relato é refletir sobre a formação docente, enquanto alunos do curso de licenciatura, aproximando da realidade escolar por meio de orientação e considerando as impressões e dificuldades vivenciadas no processo. Utilizando como abordagem metodológica o estudo de bibliografia sobre a temática, a observação, o planejamento e a regência. O trabalho foi dividido em três partes principais: a Introdução, contendo as informações gerais e os relatos de observação, o Desenvolvimento, discutindo a teoria e a aplicação prática, e a conclusão elencando a relevância da disciplina, e também as impressões pessoais.

Palavras chaves: Ensino de História. Teoria. Prática.

Introdução

A relação teoria e prática é imprescindível para a formação e atuação docente, nesse sentido, o estágio supervisionado desempenha a função de garantir o contato do aluno de licenciatura com a realidade escolar ainda em seu processo formativo inicial. Dentre as finalidades do estágio, está o de garantir a assimilação do estudado no campo teórico enquanto o visualiza materialmente nas escolas, desse modo Scalabrin e Molinari destacam que “na prática o conhecimento é assimilado com muito mais eficácia, tanto é que se torna muito mais comum ao estagiário lembrar-se de atividades durante o percurso do seu estágio do que das atividades que realizou em sala de aula enquanto aluno” (Scalabrin; Molinari, 2013, p.2).

O estágio se organiza em diferentes momentos, sendo estes o de fundamentação, orientação, observação escolar, planejamento e regência, tratando assim de um processo que envolve o licenciando, o professor orientador, o professor preceptor, e o alunado. Assim, as atividades desempenhadas durante o estágio possuem caráter conectivo, tanto entre a universidade e a rede básica, mas também do licenciando com os diferentes grupos que compõem as vivências escolares.

Para além do exposto, a experiência do estágio é o primeiro contato com a aplicabilidade da práxis ocorrente na relação teoria e prática, é necessário a compreensão de

que não há como separá-los. A teoria não se constroi sem a prática, e a prática sem a teoria se torna vazia de significado, portanto, o desempenho de todas as fases que rege o processo de ensino-aprendizado, assim como, a construção do planejamento docente, precisa estar ancorado no referencial teórico sobre a temática.

Para tanto, é primordial que o objetivo de estudar história seja compreendido pelo professor, e pelo aluno, entendendo que a história tem por propósito trazer sentido à vida prática do aluno, como mecanismo para interpretar a sociedade em que está inserido, e refletir sobre sua realidade material, nesse sentido Schmidt(1999) pontua que “Na relação ensino-aprendizagem de História é importante que esteja presente a construção de um conjunto de ferramentas que possam ajudar os alunos a fazerem uma análise mais profunda da realidade social” (Schmidt, 1999, p. 149).

A construção deste trabalho se deu a partir das experiências da disciplina Prática e Ensino de História I, ministrada pela professora Dra. Iracema Oliveira Lima, no semestre 2023.2, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. As atividades práticas ocorreram na Escola Municipalizada Carlos Santana, no município de Vitória da Conquista, Bahia, tendo tido seis aulas de observação, e doze aulas de regência. As observações e regência ocorreram na turma 9ªF, no turno vespertino, com o professor Wilson Ricardo.

Planejamento e Regência

A observação e contato prévio com a sala de aula nos possibilitou maior preparo em relação ao planejamento das aulas e das atividades aplicadas. Neste momento, não apenas compreendemos a dinâmica escolar específica daquela turma, como também nos familiarizamos com o contexto social, econômico e cultural que os permeia, além do contato direto com os alunos, e a construção de uma relação afetiva. Acerca do conteúdo a ser trabalhado em sala de aula, estes foram a temática da Quarta República, ou República populista Brasileira (1946-1964), e a Ditadura Militar (1964-1985), conteúdo distribuído em doze aulas que ocorreram no mês de outubro de 2023 nas seguintes datas; 02/10,04/10,09/10,11/10,16/10,18/10, 23/10 e 25/10.

Para isso, apresentamos e debatemos conceitos fundamentais dos assuntos de maneira assimilável, buscando provocar não o conhecer, mas o reconhecer. Fazer desses conceitos receptáculos da experiência diferenciada de cada aluno, mesmo em âmbito coletivo, é fundamental. Para explicar o que é populismo, os alunos devem ser guiados no questionamento do que é popular na realidade deles, para só depois entender como grupos em posição de poder

se apropriam das realidades populares a fim de manipulá-las. Para explicar o que define o cerceamento da liberdade, os alunos devem ser guiados no questionamento do que é liberdade num contexto de oportunidades tão limitadas, mais para uns do que para outros, para só depois entender o que significa a retirada dessa escassa liberdade.

Considerando a finalidade do ensino de história, assim como a responsabilidade social e política que acompanha a docência, é imprescindível que o planejamento das aulas esteja embasado na mobilização crítica. Desse modo, partindo das temáticas a serem trabalhadas-Quarta República e Ditadura Militar- compreendemos que é crucial que os alunos se apropriem dos conceitos políticos, econômicos e sociais, que compila os períodos, para assim alcançar os objetivos da aprendizagem histórica, Schmidt (1999) destaca que “Aprender conceitos não significa acumular definições ou conhecimentos formais, mas construir uma grade que auxilie o aluno na sua interpretação e explicação da realidade social.” (SCHMIDT, 1999, p.149)

As razões que competem o uso dos conceitos no ensino de História objetivam a garantia da interpretação crítica do fato, entendendo a atribuição concreta dos termos. Ao compreender o que significa ditadura, o aluno consegue refletir não apenas sobre aquele contexto, mas sobre um todo, do mesmo modo que consegue diferenciar um modelo político democrático, de um autoritário. Ao trabalhar com conceitos como violência, é possível refletir tanto sobre a Ditadura Militar, quanto da sociedade em que esses alunos estão inseridos, analisando suas vivências, e suas particularidades.

É nesse processo de assimilação que o aluno se torna capaz de atribuir significado, e de se aproximar da História. Cabe ressaltar que esse processo relaciona com as experiências anteriores dos alunos, portanto, é preciso garantir que o processo de ensino-aprendizagem não parta da lógica de transferência de conhecimento, mas sim da construção coletiva do mesmo, Schmidt (1999) destaca que “os significados que os indivíduos atribuem a um objeto ou fenômeno da realidade social, dependem das experiências, teorias ou noções que ele construiu e atribuiu a estes fenômenos e objetos durante o seu desenvolvimento intelectual.”(Schmidt, 1999, p. 150).

Utilizamos fotos, charges, capas de jornal, trechos de constituições e transcrições de discursos históricos, dando ênfase ao uso de imagens. Para seguir essa estratégia visual, contar com bons materiais didáticos é importante, não para analisar imagens como ilustrações de textos escritos, como muito se faz, mas orientando o entendimento de que as próprias imagens são fontes históricas que de fato podem ser melhor definidas através da historiografia que contextualiza tais imagens. Ainda, para Circe Bittencourt (1999)

Fazer os alunos refletirem sobre as imagens que lhe são postas diante dos olhos é uma das tarefas urgentes da escola e cabe ao professor criar as oportunidades, em todas as circunstâncias, sem esperar a socialização de suportes tecnológicos mais sofisticados para as diferentes escolas e condições de trabalho, considerando a manutenção das enormes diferenças sociais, culturais e econômicas pela política vigente.” (BITTENCOURT, 1998, p. 89).

Isso reforça a necessidade da utilização das fontes independente dos materiais disponíveis. Charges, capas de jornais e propagandas, por exemplo, evidenciam com potência os “tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens, que não são apenas a substância do passado, mas também a base da atual vida social” (BRAUDEL, 1965, p. 262). Ou seja, é importante retirar as limitações das imagens de suas condições engendradas, provocando nos alunos uma compreensão mais inclusiva do ensino de História, guiando a observação da composição da fonte analisada, qualquer que seja sua forma, de modo que o momento histórico de sua criação represente na medida certa o passado da fonte, mas acima disso, o presente da fonte na vida histórica de cada aluno. Segundo Natalia Germano Gejão,

Para ensinar com a ajuda de imagens o professor deve ter em mente que a fotografia funciona como um mediador cultural, ou seja, atua na interação entre conhecimentos prévios e novos conhecimentos. Esta interação ocorre de forma dialógica, onde está presente a ideia de múltiplas vozes, o contato com várias linguagens para se construir um novo conhecimento (Gejão, p. 1)

Além desses recursos -conceituação, fonte histórica, imagens e charges-, buscamos a conexão através de perguntas simples e de analogias próximas, provocando sempre a auto-observação nas experiências coletivas básicas, desde o ônibus que eles pegam para chegar à escola até a estrutura da própria escola.

Durante o decorrer do período da regência tornou-se necessário adaptações no planejamento, tanto para atender as demandas da escola, como horário reduzido, quanto buscando alcançar maior interação com os alunos, estimular a participação, tornar o conteúdo palpável e via de reflexão para os mesmos. Além do mais, foi estimulado que os alunos refletissem sobre sua própria realidade partindo do conteúdo abordado, analisasse as condições políticas e sociais da atual conjuntura política brasileira, e também aspectos culturais.

Conclusão

Ao fim, podemos concluir que a experiência do estágio é crucial para a formação docente de qualidade, a prática experienciada por meio da mediação entre a universidade e a escola, permite que o estagiário(a) reflita, interaja, e perceba a docência apoiado por essa rede que se constrói na disciplina. Em relação aos alunos da turma do 9ª F, foi notado que muito do desinteresse percebido no primeiro momento é resultado do acúmulo de desestímulos em que

os cercam, tanto pelo espaço escolar, quanto pela precariedade de recursos a ser utilizados nas aulas, e também pela conduta do professor regente nos momentos em que estivemos presentes. Os alunos não são motivados a participar das aulas, e a construir o conhecimento enquanto protagonistas do seu processo de ensino-aprendizagem.

No decorrer das aulas que atuamos conseguimos perceber maior interação, curiosidade, permanência em sala de aula, até mesmo maior participação para tirar dúvidas, mesmo que tímidas, e também a prontificação em responder quando questionados sobre algo. Os incentivos utilizados não se tratam de notas, ou algo material como doces, mas sim de nos apresentarmos de maneira responsável, séria, respeitosa para com eles e para com o momento da aula, a demonstração de compromisso com a aula e o interesse nos alunos foi o gerador das mudanças de comportamento citadas.

A frustração inicial foi substituída pela busca de soluções adaptadas à realidade da turma. A insistência na abertura do espaço de debate em sala foi fundamental para trazer os alunos à aula. E o espaço de debate, formado por eles, apenas provocado por nós, trouxe avanços que os materiais utilizados não haviam trazido.

Em vista disso, torna-se explícito a validade do estágio também como modo de desconstruir a expectativa da escola ideal, trabalhando com o real, com as dificuldades e bonanças presentes no cotidiano docente e escolar. O estágio é o momento em que o discutido na teoria se apresenta de forma física, em que é necessário pensar de forma crítica e reflexiva sobre as atribuições do ensino de História, a realidade social e o papel do professor.

Assim, entendemos o momento do estágio como algo valioso, capaz de nos conectar com a realidade escolar indo para além do ambiente acadêmico, nos emergir na prática docente, e proporcionar a aplicação dos conhecimentos teóricos. No mais concluímos o estágio satisfeitos com nossa atuação, apesar de reconhecermos os pontos que devem ser aperfeiçoados, do mesmo modo que não romantizamos a realidade escolar, os desafios enfrentados, e as múltiplas questões que atravessam a vida escolar de milhares de crianças e adolescentes das escolas públicas brasileiras.

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Circe (Org.). O Saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1998.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. Revista de História. V. 30 N. 62 (1965).

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1970.

GEJÃO, Natália Germano. Fotografia e ensino de História: mediadores culturais na construção do conhecimento histórico.

SCALABRIN, Izabel Cristina; MOLINARI, Adriana Maria Corder. A importância da prática do estágio supervisionado nas licenciaturas. **Revista unar**, v. 7, n. 1, p. 1-12, 2013.

SCHMDIT, Maria Auxiliadora. Construindo conceitos no Ensino de História: "A Captura Lógica" da realidade social. *Hist. Ensino*, Londrina, v. 5, p. 147-163, 1999.

SCHMDIT, Maria Auxiliadora. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005.